

ENGENHOS E FAZENDAS: MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO NEGRA NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ (1810-1850).

Juliana do Nascimento Medeiros
Universidade Federal do Pará
Juliananmedeiros@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo é o de analisar a importância, que os engenhos representavam para sociedade paraense, não só economicamente, mais sobre um viés social, posto que, a partir da inclusão do negro a Província paraense se modificara social e culturalmente, alterando significativamente a sua estrutura social e urbana. Para tal tarefa buscaremos a partir de documentações oficiais, inventários-*post mortem*, resgatar a memória da escravidão negra na Amazônia.

Palavras-chave: Engenhos, Fazendas, escravidão, Memória, História da Amazônia.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the importance that the mills accounted for Para society, not only economically, more of a social bias, since, from the inclusion of black the province had changed socially and culturally, significantly altering its social and urban structure. For this task we will seek from official documentation, inventories post mortem rescue the memory of black slavery in the Amazon.

KeyWords: Mills, Farms, slavery, Memory, Amazon history.

MEMÓRIA DA PRESENÇA NEGRA NA AMAZÔNIA: ESCRAVIDÃO E FONTES BIBLIOGRÁFICAS

Falar de escravidão na Amazônia é tarefa árdua, e sua temática causa estranhamento por ser um assunto que foi pouco explorado pela historiografia por diversos fatores, ora por falta de interesse, ora por falta de fontes históricas e bibliográficas para a pesquisa. A região amazônica ainda no Período Colonial (séculos XVII e XVIII) era moldada principalmente sobre a égide do trabalho indígena, com uma economia de atividade extrativista voltada para a exploração dos produtos da floresta, as chamadas *drogas do sertão*, por esses e outros fatores é comum se “estranhar” a presença de escravidão negra na Amazônia, onde as pesquisas são realizadas no sentido de explorar as várias relações dos povos indígenas e suas influências, e o estudo sobre a escravidão negra africana ficava “restrito” aos principais centros produtores açucareiros do Império brasileiro.

A temática da escravidão negra no Pará passou a ganhar impulso a partir das políticas pombalinas, com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) em meados do século XVIII. Alguns trabalhos são elucidativos no sentido de analisarem a presença de africanos na região amazônica, com o objetivo de finalizar o silêncio e resgatar a memória sobre a questão dos negros na região.

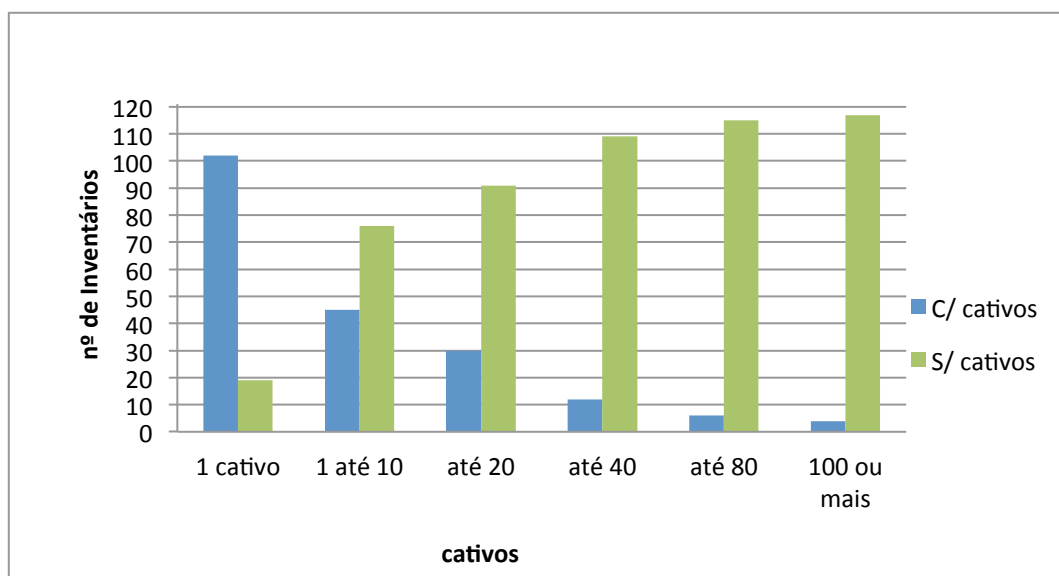
O trabalho de Vicente Salles, *o Negro no Pará: sob o regime de escravidão*, é referência se tratando de escravidão na Amazônia porque ofereceu embasamento teórico para outros pesquisadores se interessarem pelo assunto. É também referência para esse artigo porque trabalha com escravidão negra no Grão-Pará, analisando todas as relações estruturais do sistema escravista na região. Outros trabalhos são importantes nesse sentido, porque abrangem uma gama de assuntos referente á temáticas muito variadas, publicados em forma de artigos, livros e resenhas, como por exemplo, os trabalhos do historiador José Maia Bezerra Neto, de Patrícia de Melo Sampaio, Anaíza Vergolino-Hery, e de muitos outros pesquisadores que de alguma forma contribuem para por fim nesse silêncio, oferecendo material historiográfico e fontes históricas para o trabalho com a escravidão.

FONTES HISTÓRICAS: A PESQUISA COM OS INVENTÁRIOS POST-MORTEM

Os Inventários constituem fontes “férteis” para o historiador na medida em que oferece material historiográfico para analisar a configuração social e econômica de uma determinada região e de um delimitado período histórico, abarcando a Cultura Material de um “suposto” indivíduo que quando analisado conjuntamente oferece fontes para investigar o perfil econômico e social da sociedade onde está inserido. Para este artigo, e se tratando de memória, os Inventários oferecem uma variedade de informações que possibilita perceber a configuração e a abrangência que presença negra africana representou para a sociedade do Grão-Pará.

Os inventários, analisados no período de 1810-1850, mostram que já no início do século XIX, a mão de obra africana foi utilizada em grande quantidade e estava sob o poder dos grandes proprietários de terra, através da análise de um determinado número de inventários se pode verificar com mais cautela essa concentração ver (GRÁFICO I).

GRÁFICO I: *Concentração de Cativos por proprietários, no período de 1810-1850.*



Fonte: inventário *post mortem*. Centro de memória da Amazônia (CMA).

Fazendo uma leitura quantitativa do gráfico acima, observamos que a propriedade de escravos africanos era bastante disseminada na província paraense. No universo de 121 inventários transcritos, em 102 apareciam arrolados pelo menos (um) cativo por cada proprietário, ou seja, nunca menos de 84,2 % dos inventariados eram possuidores dessa propriedade. Esse fato se consolida por diversos fatores, principalmente por se tratar de uma propriedade que no contexto analisado (1810-1850), ainda possuía um valor de comprar relativamente baixo no mercado, essa situação começará a mudar, somente, a partir da década de 50 quando as leis abolicionistas começam a se intensificar, a fim de cessar e/ou tornar dificultoso a obtenção de escravos.

Apesar da propriedade cativa está disseminada província, 47 inventariados possuindo de 1- 5 cativos, ou seja, 38,8 %. Era uma propriedade concentrada nas mãos dos proprietários que possuíam poder aquisitivo elevado, e tinham a possibilidade de investir seu capital no comércio de escravos, tendo mão de obra disponível para a produção, conseqüentemente aumentando seus lucros, ter escravo era ter capital investido, capital de giro tendo perspectiva para novos investimentos.

Entrando mais a fundo na configuração dos proprietários que possuíam até cinco cativos, observamos que a maioria deles residia na Província, e estavam ligados a atividade urbana, e seus poucos cativos também, quando tinham propriedades agrícolas produziam somente para a subsistência ou se inseriam no comércio local. Entretanto, a maioria destes estava predominantemente ligada às atividades urbanas. Por exemplo, no inventario do Cel. Lucas Lameira e sua esposa Maria Magdalena, dato do ano de 1817, vem descrito que entre seus bens algumas casas de alugues, bens móveis e semovente que, era a escrava Mariana, descrita como “preta Mariana” uma negra de origem africana – nação Benguela, de 25 anos de idade mais ou menos, avaliada no inventário na quantia de 180\$000 (cento e oitenta mil réis), era a única escrava que o inventariado possuía, em algum momento do inventário havia um trecho que dizia o seguinte:

“Jornal da preta Mariana que desde o dia 9 de julho de 1817 athe 24 de agosto de 1818, dia em que o herdeiro Bartolhomeo a levou para a sua caza, esendo entre o dia 29 do mêz, e anno

não foi mais ao ganho por causa da morte. Foi no dia 8 (domingo), ou no dia em que se deu a penhora foi tirada de meu posso, os domingos e os dias santos, alguns por causa de moléstias- valor do jornal por esses dias- 48\$210 (quarenta e oito mil, duzentos e dez réis)” (INVENTÁRIO: CMA,1817, p. ??).

A partir do trecho é possível perceber que a preta Mariana era uma escrava de aluguel, evidenciado na frase “os jornais da preta Mariana” muitas vezes alugada por um longo período de tempo, para sujeitos diferentes, exercendo variadas funções, situação confirmada em algumas passagens do inventário aonde vêm descritos as contas obtidas a partir do referido aluguel, que finda os jornais, somente, com morte da escrava, que apesar de ter apenas 25 anos de idade sofria já havia algum tempo de variadas moléstias. Se tratando, ainda de proprietários com negócios urbanos, o inventário de D. Thereza Juliana de Nazareth, 1824, vem descrito que ela possuía duas escravas: uma chamada Victoria Maria, mulata, 25 anos mais ou menos; e outra preta Izabel Maria, africana (nação Baeuna), 40 anos mais ou menos. E entre os bens Imóveis possuía uma morada de casas no Largo das Mercês, e lojas no centro comercial que eram alugadas, ou seja, era uma proprietária que possuía apenas negócios na área urbana da Província (INVENTÁRIO, 1824) e suas escravas provavelmente lhe ajudavam nos afazeres da casa, ou às vezes eram alugadas, como as já citadas.

O importante é perceber que assim como as escravas Maria, a preta Victoria e a preta Izabel outros inúmeros escravos descritos entre os bens dos inventariados que possuíam poucos cativos (38 % do total) muitos tinham a mesma finalidade, sendo escravos de ganho, de aluguel, mas que eram impreterivelmente urbanos, que circulavam na cidade, e compunham a massa populacional que até meados do XIX, era a maioria negra. Penso que para entender a mentalidade desses proprietários que possuíam “poucos” cativos, é preciso primeiro entender, que a população branca na Província até meados do século XIX, era bem escassa, sendo a maioria colonos europeus que vieram à própria sorte desbravar as terras amazônicas; ao contrário dos grandes donatários enviados pelo rei, homens de sua confiança, que eram ricos e abonados senhores de terra. Dentre esses colonos, a maioria portugueses, com poder financeiro restrito, mas que compunha a minoria branca, ter cativos

apesar do esforço em adquiri-los (que poderia ser mediante compra, ou através de herança) representavam ares de certa estabilidade financeira, um status social, a possibilidade de se relacionar com os homens de posse da Província, conseguir empréstimos, casar filhas e filhos, e além do mais continuar vivendo em “ócio”, atividade preferida dos poucos brancos existentes. Realidade bem diversa dos inventariados que possuía uma cifra acima de vinte cativos ou muito mais, que são os principais alvos deste artigo, homens de posse, de elevado poder aquisitivo, de famílias tradicionais, que tinham seus “negócios” consolidados nos arredores da Província, nas áreas rurais, mas também, residiam na capital, havendo uma locomoção rural-urbana constante.

As principais zonas de lavoura canavieira da região paraense, de acordo com os inventários, eram os da região Guajarina e as do Salgado (Nordeste Paraense, com os rios Acará, Mirim, Mojú e Capim), abarcando o Rio Guamá, Foz do rio Amazonas- Tocantins e seus entornos, localidades que se consolidaram os estabelecimentos agrícolas: Engenhos reais e as grandes fazendas. Os rios e igarapés realizam um importante papel nesse sentido, são em seus arredores e a partir destes que se consolidam os povoados e vilas, nas proximidades de Belém.

Através da observação e de um diálogo com as fontes, é notório que a grande totalidade de propriedades, seja elas de indivíduos renomados na província, com estrutura física opulenta e com grande número de escravaria, seja os sítios mais singelos, com estrutura sutil e com poucos escravos, a grande maioria estava ligada, também, a outras atividades rurais, como as extrativistas e a pecuária. Dentre os produtos exportáveis produzidos nos engenhos, o açúcar liderava, entretanto, outras culturas eram realizadas dentro do mesmo, ou em seus arredores. Gêneros agrícolas como: o arroz e o café, e produtos de outra espécie como a borracha e o cacau. Não menos importante, entre esses havia os proprietários que estavam ligados à pecuária com criadouros de animais possuindo bois, vacas leiteiras, cavalos, pôneis, ovelhas, garrotes, bens que tinham duplo papel, ajudando tanto na dinâmica da produção sendo utilizados na manutenção dos engenhos servindo de meios para a locomoção de pessoas e produtos, como sendo fornecedores ativos gêneros exportáveis, oferecendo couro de qualidade, lã, e carne, ou seja, as

atividades da Província eram bem diversificadas todas tendo o seu papel e importância para a economia, que movimentavam tanto o mercado externo, como faziam parte do circuito interno.

CONSIDERAÇÕES

Analisamos ao longo deste artigo as modificações ocorridas na província do Grão-Pará, que vinham ocorrendo desde meados do século XVIII. Vimos como a agricultura se consolidou como a principal atividade econômica da região, impulsionada a partir da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, através das políticas portuguesas de ocupação do território amazônico. A partir de então havia uma demanda por mão de obra, capital e pessoas para desbravar a referida região, ocupando o território, formando vilas e núcleos urbanos.

Nesse sentido que se acirra o tráfico de escravos africanos, para trabalharem nas atividades agrícolas na Amazônia, destacando-se a cultura do açúcar, arroz, café e os produtos da floresta chamados de Drogas do Sertão. E se consolida as propriedades agrícolas, Engenhos, Fazendas e pequenas propriedades voltadas para a produção dessas culturas, fornecendo produtos e matéria prima para exportação e para o mercado local. Modifica-se nesse sentido a estrutura física da província, que antes tinha características rurais, com poucos habitantes, com um comércio abrangendo somente as necessidades locais. Em meados do XVIII essa paisagem viera se modificando e já no início XIX a Província ganhara ares urbanos, com seus aglomerados, e suas disparidades regionais e sociais.

A partir dos inventários foi possível analisar a composição da sociedade urbana e rural da província do Grão-Pará, nos consultados eram constantes a presença de escravos africanos e crioulos na dita região, e sua razão de ser estava atrelada as propriedades rurais. Numerosas se tornaram essas propriedades no período de 1810-1850, e numerosos também fora a quantidade de mão de obra necessária para dar conta de suas necessidades.

Outra questão proposta no presente artigo, fora por fim ao silêncio que pairava em relação à utilização de mão de obra Africana na região Amazônica. Os inventários, nesse sentido, provam o quão era sentida a presença negra africana e crioula na região, posto que, em mais de 80% dos inventários analisados os proprietários possuíam pelos menos um cativo, sem falar nas propriedades rurais que possuíam mais de 100 braços para trabalharem na lavoura. Desse modo, na província do Grão-Pará havia um grande número de cativos, que modificaram e reordenaram as estruturas sociais da província paraense, mudanças que se perpetuaram ao longo dos séculos.

REFERÊNCIAS

Manuscritos:

Inventário de D. Joana Tereza de Roiz, 1816, cartório Odon. Centro de Memória da Amazônia-CMA/UFPA.

Inventário de D. Francisca Siqueira de Queiroz, 1832, cartório Odon. Centro de Memória da Amazônia-CMA/UFPA.

Referências:

BEZERRA, Neto. José Maia. *Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na província do Grão-Pará – 1840/1860*. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. Camponeses, donos de engenho e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. **Paper do NAEA**, v. 153, out. 2000.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. De mocambeiro a cabano: Notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX. **Revista Terra das Águas**, Vol. 1, n. 1, 1999.

BEZERRA, Neto. José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará: Sécs. XVII-XIX**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Açai; Programa de pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA); Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2012.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX**/ Manolo Florentino. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. tradução Bernardo Leitão, 7. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará: sob o regime de escravidão**. 3. Ed. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **O fim do silêncio, presença negra na Amazônia**. Belém: Açai; CNPQ, 2011.